



Número 107
Fevereiro de 2012

**Pesquisas de Orçamentos Familiares – POF:
A necessária atualização e as mudanças
de pesos em um índice de preços**

Pesquisas de Orçamentos Familiares - POF: a necessária atualização e as mudanças de pesos em um índice de preços

A alteração realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas estruturas de ponderações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), em decorrência da incorporação da nova estrutura de gastos de consumo captada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, trouxe ao debate público aspectos da metodologia de composição de um índice de preços, além de deixar evidente a necessidade de atualizá-lo periodicamente, para retratar o mais corretamente possível a realidade.

Na economia de um país, não se consome apenas um produto, mas sim um conjunto de bens e serviços adquiridos no mercado. O nível geral de preços da economia deve ser, portanto, uma média dos preços dos bens transacionados no mercado consumidor.

Como esta média de preços não pode ser calculada diretamente (diante da grande quantidade e variedade de bens e serviços), para estimar o comportamento dos preços utilizam-se índices de preços elaborados a partir de uma cesta média de consumo de bens e serviços das pessoas e famílias.

O consumo das famílias difere entre regiões, faixas de renda e se modifica ao longo do tempo. Para se construir e atualizar um índice de preços ao consumidor, é preciso realizar, de tempos em tempos, uma Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Por meio das POFs, os institutos buscam manter atualizados os hábitos de consumo para calcular os índices de preços. Além disso, as informações coletadas nas pesquisas de orçamentos familiares servem não só para o cálculo dos índices de preços, mas também para a formulação de políticas públicas, para pesquisas e análises de mercado do setor privado e estudos acadêmicos. Em particular, o levantamento dos hábitos de consumo permite um conhecimento detalhado não só dos bens e serviços adquiridos pelas famílias, mas também dos locais de compra, das marcas preferidas, da forma de aquisição dos produtos, da frequência de consumo, do endividamento etc. O conhecimento destes gastos é fundamental também para a atualização das estruturas de ponderação que permitem calcular as taxas de inflação.

A maioria das fórmulas de cálculo de um índice de preços ao consumidor admite quantidades fixas de bens e serviços¹, que são definidas pelas POFs. Ao se calcular um índice de quantidades fixas, quando um bem ou serviço tem o preço alterado, acima do índice geral, o peso dele aumenta. Se, ao contrário, o preço é reduzido, o peso do produto ou serviço diminui. As altas e baixas dos preços dos bens e serviços influenciam os hábitos de consumo da população ao longo de dado período.

¹ Fórmula de Laspeyres.

Como a alocação dos gastos das famílias se altera com o passar do tempo, com a introdução de novos bens e serviços e outros que deixam de ser consumidos, a realização das POFs permite captar estas mudanças. Nos últimos anos, novas despesas têm sido incorporadas à cesta de consumo, como, por exemplo: as ligadas à introdução da informática; a internet; o telefone celular; o DVD, a TV a cabo; as alterações no transporte coletivo; a alimentação fora do domicílio; os alimentos prontos para consumo; as mudanças de planos de saúde; as compras via internet, entre outras. Em contrapartida, alguns itens deixam de ter representatividade e são eliminados das séries dos índices, como: fita cassete, televisão de tubo, fita de vídeo etc.

Muitas destas modificações de hábitos de consumo foram captadas pela POF de 2008-2009 do IBGE, que serviu de base para a atualização das ponderações do INPC e do IPCA divulgadas nos índices de janeiro de 2012. Houve também alterações nos pesos das regiões e na faixa de rendimento, em número de salários mínimos (SM), do INPC, que passou de 1 a 6 para 1 a 5 SM.

A Tabela 1 fornece as ponderações vigentes em dezembro de 2011, com base na POF de 2002-2003, e os pesos ajustados com base na POF de 2008-2009, utilizados no cálculo do IPCA e do INPC de janeiro de 2012. Ao se observar as diferenças de pesos por grupo do INPC e IPCA, o comportamento apresenta a mesma tendência, porém com patamares distintos.

No INPC, que reflete os gastos das famílias com menores rendas, a maior queda foi verificada no grupo Alimentação e bebidas (-2,41 pp.), que passou de 30,67% para 28,27%. A maior alta foi captada no grupo Transportes (1,17 pp.), que aumentou de 16,14% para 17,30%. Em relação aos subgrupos, as diferenças não foram muito acentuadas, exceto no subgrupo alimentação no domicílio, cuja ponderação caiu em 2,14 pp..

No IPCA, as grandes diferenças positivas foram detectadas nos grupos Transportes (1,85 pp.) e Habitação (1,37 pp.). Houve queda acentuada no grupo Educação (-2,84 pp.). Neste último, o peso passou de 7,21% para 4,37%.

Assim, a atualização metodológica realizada pelo IBGE em janeiro de 2012, a partir da consolidação dos dados da POF 2008-2009, é um procedimento planejado e necessário para se atualizar e calcular o mais corretamente possível os índices de preços em qualquer país. Dadas as mudanças de ponderação nos dois índices, IPCA e INPC, os resultados das taxas de inflação para 2012 dependerão não apenas das modificações dos pesos, mas também das variações nos preços dos bens e serviços ao longo do ano.

TABELA 1
Ponderações dos grupos e subgrupos do INPC e IPCA
para os meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2012

Grupos e subgrupos	INPC pond. dez/11	INPC pond. jan/12	IPCA pond. dez/11	IPCA pond. jan/12	Diferença no INPC	Diferença no IPCA
Índice Geral	100,00	100,00	100,00	100,00		
Alimentação e bebidas	30,67	28,27	23,46	23,12	-2,41	-0,33
Alimentação no domicílio	22,60	20,47	15,08	15,15	-2,14	0,07
Alimentação fora do domicílio	8,07	7,80	8,38	7,97	-0,27	-0,41
Habitação	16,10	16,87	13,25	14,62	0,76	1,37
Encargos e manutenção	10,09	11,03	8,90	9,99	0,94	1,10
Combustíveis e energia	6,01	5,83	4,35	4,62	-0,18	0,27
Artigos de residência	4,82	5,64	3,90	4,68	0,82	0,77
Móveis e utensílios	2,55	2,73	2,13	2,31	0,18	0,19
Aparelhos eletroeletrônicos	1,86	2,58	1,38	2,01	0,71	0,63
Consertos e manutenção	0,40	0,33	0,40	0,35	-0,07	-0,05
Vestuário	8,36	8,15	6,94	6,67	-0,21	-0,27
Roupas	5,46	5,44	4,61	4,32	-0,02	-0,29
Calçados e acessórios	2,59	2,33	1,94	1,92	-0,26	-0,02
Joias e bijuterias	0,24	0,30	0,32	0,34	0,06	0,02
Tecidos e armarinho	0,08	0,08	0,07	0,09	0,00	0,01
Transportes	16,14	17,30	18,69	20,54	1,17	1,85
Transportes	16,14	17,30	18,69	20,54	1,17	1,85
Saúde e cuidados pessoais	9,01	9,67	10,76	11,09	0,66	0,34
Produtos farmacêuticos e óticos	3,21	3,50	3,19	3,77	0,28	0,58
Serviços de saúde	2,96	2,50	5,39	4,66	-0,46	-0,73
Cuidados pessoais	2,83	3,67	2,18	2,67	0,84	0,49
Despesas pessoais	7,16	6,90	10,54	9,94	-0,26	-0,59
Serviços pessoais	2,91	3,42	5,87	6,01	0,51	0,14
Recreação, fumo e fotografia	4,25	3,48 /	4,66	3,93	-0,77	-0,73
Educação	3,18	2,78	7,21	4,37	-0,40	-2,84
Cursos, leitura e papelaria	3,18	2,78	7,21	4,37	-0,40	-2,84
Comunicação	4,56	4,42	5,25	4,96	-0,14	-0,29
Comunicação	4,56	4,42	5,25	4,96	-0,14	-0,29

Fonte: IBGE
 Elaboração: DIEESE

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Secretário: Pedro Celso Rosa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Ana Tércia Sanches

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Nelson Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe responsável

Cornélia Nogueira Porto

Joana Biava

Sérgio Mendonça

Carla Maria Bernardelli Massabki